

Proposta permite mineração em unidade de conservação

Categories : [Notícias](#)

O governo enviou ao Congresso o Novo Código de Mineração em junho de 2013 para ser votado em regime de urgência, mas os impasses em torno das novas regras e a aproximação das eleições adiaram a votação do relatório. Este ano, o projeto de lei voltou a tramitar. E o relator do projeto, Leonardo Quintão (PMDB-MG), apresentou informalmente esta semana o novo relatório do Código, mudando pontos importantes, entre os quais a permissão da mineração em áreas protegidas de uso sustentável.

O parecer de Quintão foi apresentado nesta quarta-feira (27) na comissão especial montada para analisar o novo código. Os parlamentares integrantes da comissão querem mais tempo para discutir o texto. A votação foi adiada para o dia 22 de setembro, o que desagradou o relator.

"São várias as inovações que colocamos no relatório para ajudar [na aprovação]. O que não pode é não votar o relatório. Queremos votar para termos uma lei estável no País, para garantir investimentos e, conseqüentemente, centenas de milhares de empregos serão criados."

Uma das modificações foi a criação de uma Agência de Mineração, com poderes para autorizar ou não outras [atividades que possam "criar impedimento à atividade de mineração"](#). A agência substituirá as atuais atribuições do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Exploração em UC

A novidade que afeta em cheio a proteção ambiental no país é a autorização explícita para a explorar mineração em unidades de conservação de uso sustentável, como florestas nacionais e reservas de desenvolvimento sustentável. Para tal, será necessário que a área seja licenciada e que a empresa interessada realize o respectivo estudo de impacto ambiental.

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Sarney Filho (PV-MA) reclamou que o parecer coloca a mineração acima dos interesses das unidades de conservação ambiental e de terras indígenas e quilombolas.

De olho nas áreas protegidas

Essa não é a primeira proposta que coloca as áreas protegidas na mira dos interesses do setor de mineração. Em 2012, o deputado Vinícius Gurgel (PR-AM) apresentou um projeto que liberava 10% das Unidades de Conservação de proteção integral à mineração. Em troca, os mineradores seriam obrigados a doar áreas com o dobro do tamanho das abertas à exploração comercial e com as mesmas características ecológicas e biológicas.

O [projeto sofreu modificações](#) na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O relator Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), além de manter a mineração das unidades de conservação, quis transferir o poder de criação de UCs de Proteção Integral para o Congresso Nacional.

A proposta não faz parte do projeto original do código de mineração. Após protestos dos ambientalistas, tanto o projeto original quanto seu substitutivo não foram para frente e o projeto acabou sendo arquivado.

Saiba Mais

[Relatório preliminar - Código de Mineração. Fonte: Instituto Socioambiental.](#)

Leia Também

[Código de mineração: teia liga políticos a mineradoras](#)

[Código da Mineração: entidades pedem afastamento do relator](#)

[Ibase lança publicação quem é quem no Código da Mineração](#)

[Projeto libera mineração em Parques e de quebra muda SNUC](#)